



COMO A POPULAÇÃO RURAL DE SEVERIANO DE ALMEIDA/RS

PERCEBE O AMBIENTE ONDE VIVE

Gracieli Trentin¹, Aline Biasoli Trentin², Waterloo Pereira Filho³

(1 - Mestre em Geografia, Universidade Estadual Paulista – UNESP, gracitrentin@yahoo.com.br, 2 - Mestranda em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, abtrentin@yahoo.com.br, 3 - Prof. Dr. do Depto. de Geociências, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, waterloopf@gmail.com)

Resumo

O meio ambiente é percebido de distintas maneiras pelas pessoas, em razão das diferentes realidades que coexistem. Assim, o objetivo deste trabalho foi compreender como a população rural do município de Severiano de Almeida, situado ao norte do estado do Rio Grande do Sul, percebe o ambiente em que vive, bem como suas transformações, especificamente, neste caso, a construção de um reservatório. O instrumento de investigação utilizado estruturou-se em entrevistas realizadas junto à população local. Foram visitadas propriedades rurais aleatórias em cada uma das comunidades rurais que compõe a área de estudo. Com base nos resultados obtidos, conclui-se que a população tem consciência da existência de problemas ambientais, no entanto, admite sua ocorrência somente em áreas distantes de sua comunidade.

Palavras-chave: população rural, espaço percebido, meio ambiente.

Abstract

HOW THE RURAL POPULATION OF SEVERIANO DE ALMEIDA/RS REALIZE THE ENVIRONMENT WHERE THEY LIVE

The environment is realized of distinct manners by people, as a reason of different realities that coexist. Therefore, the aim of this work was to understand how the rural population of Severiano de Almeida town, located in north of Rio Grande do Sul state, recognize the environment that lives, as well their transformations, specifically, in this case, the construction of a reservoir. The instrument of investigation used was structured in interview carried out in a local population. Several rural properties were randomized selected in each

rural communities that comprise the area of study. It was concluded that the population has conscious of the existence of environment problems, however, its occurrence is only admitted far away your community.

Key-words: rural population, realized space, environment.

1. Introdução

A natureza fornece ao homem o suprimento para suas necessidades tanto em quantidade como na variedade dos recursos naturais, sendo renováveis e não-renováveis. Porém, o homem moderno, não busca somente saciar suas necessidades, mas alcançar lucros, posição social e satisfação de seus desejos que gradativamente se tornam maiores, não se preocupando com a preservação e conservação dos recursos que compõe o meio natural

A atuação humana sobre o meio natural determina a organização da sociedade e por consequência o espaço geográfico. Conforme Corrêa (1986), as obras do homem são as suas marcas as quais apresentam um padrão de localização que é próprio de cada sociedade. Essas marcas quando organizadas constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade ou, simplesmente, o espaço geográfico.

Pelo fato deste último se constituir em uma construção social, as relações homem-natureza são intermediadas, sempre, pelas relações que se estabelecem entre os homens. Não há relação homem-natureza que não seja o resultado, a tradução no espaço, das relações sociais, sendo que as distorções e contradições presentes nestas relações, conforme Cruz (1998), referem-se à materialização dos problemas ambientais no espaço, ou seja, os desequilíbrios destas relações.

De acordo com Vygotsky (1991) citado por Okamoto (2002), o ambiente natural e o comportamento humano estão ligados, como a alteração provocada pelo homem neste ambiente altera a própria natureza do homem. Nesse sentido, a preocupação da humanidade em relação ao meio ambiente deve ser ampliada cada vez mais, uma vez que esse sistema, que está sendo alterado, oferece as condições básicas de sobrevivência.

O homem modifica e transforma o espaço em que vive constantemente, sendo que na maioria das vezes não percebe que a degradação do ambiente onde vive é visível, ele tem consciência disso porque reconhece os problemas ambientais, porém sempre afastados de sua realidade, do local onde habita.

O meio ambiente, segundo Melazo (2005), é percebido conforme os valores e as

experiências individuais, nos quais estão atribuídos significados que representam um determinado grau de importância na vida de cada pessoa. O autor enfatiza ainda que a percepção individual dá-se por meio dos sentidos associados às atividades cerebrais, sendo que as diversas percepções decorrem das diferenças de personalidades, de idade, de experiências, dos aspectos sociais e econômicos, da educação e também da herança biológica.

Ao encontro disso, Okamoto (2002) sustenta que a realidade não é vista ou percebida somente pelo fato de se estar com os olhos abertos, mas sim por meio dos conceitos, símbolos e mitos de cada ser humano, sendo que a apreensão da realidade é diferente para cada um em decorrência desses fatores. De modo a complementar, Tuan (1980) reforça que os padrões culturais de uma sociedade afetam a percepção, a atitude e o valor de seus membros em relação ao ambiente que se inserem. A atitude muda de acordo com a possibilidade de domínio sobre os recursos disponíveis e a probabilidade de exploração.

Nesse sentido, percebe-se uma relação entre os padrões de localização ou as distintas organizações do espaço propostas por Corrêa (1986) e os padrões culturais de Tuan (1980), uma vez que determinado ordenamento espacial é dependente da carga cultural que caracteriza cada sociedade e assim, a atuação de ambos desembocará na construção da percepção local, na formação de seus signos, mitos e valores.

Nessa perspectiva, propõe-se a investigação referente à maneira como a população rural de um determinado local percebe os problemas ambientais. Para esse objetivo optou-se pela população rural do município de Severiano de Almeida ao norte do estado do Rio Grande do Sul. A escolha dessa área decorreu em virtude de estar situada em região onde predominam pequenas propriedades rurais, as quais utilizam intensamente o espaço em decorrência de sua dependência nas atividades agrícolas. Aliado a isso, uma porção do território municipal foi atingido pela UHE Itá (RS/SC) o que desencadeou alterações em seu espaço geográfico, visto a grande interferência da construção de um reservatório em um determinado meio e suas imediações.

2. Metodologia

Os procedimentos adotados para a viabilização do objetivo proposto efetivaram-se por meio da aplicação de entrevistas à população rural local. Considerando, conforme dados da Prefeitura Municipal, a existência de 18 comunidades rurais, foram realizadas cinco entrevistas em cada uma das comunidades, ou seja, foram visitadas cinco propriedades rurais

em cada comunidade, durante o mês de Janeiro de 2005.

As informações obtidas durante a entrevista junto à população rural fizeram referência aos seguintes pontos:

1. Existe apoio e assistência para a agricultura do município, ou seja, como a população vê a situação da agricultura local;
2. Quais seriam os principais problemas ambientais percebidos na realidade local;
3. Segundo a população, quais as vantagens e as desvantagens que a construção da UHE Itá trouxe para o município;
4. Quais as modificações que a barragem provocou no espaço atingido e nos arredores.

As cinco propriedades entrevistadas em cada comunidade foram escolhidas aleatoriamente, em razão da inexistência de uma delimitação real da área ocupada por cada comunidade, bem como do número de propriedades que as compõem. Além da análise qualitativa das informações obtidas, viabilizou-se a quantificação dessas informações. Para isso, as respostas foram reunidas em grupos representando as diferentes respostas para cada pergunta. Dessa forma, considerou-se cinco opções de respostas para o ponto 1; dez opções para o ponto 2; cinco opções para o ponto 3 e 30 opções para o ponto 4. A partir da definição desses grupos foi possível chegar aos valores percentuais que representaram quantitativamente os resultados obtidos.

O perfil da população rural do município foi elaborado por meio da obtenção de dados secundários em entidades locais, como a Prefeitura Municipal e a EMATER. A localização das sedes das 18 comunidades no mapa do município refere-se aos centros comunitários onde são realizados os eventos de integração local (Figura 1).

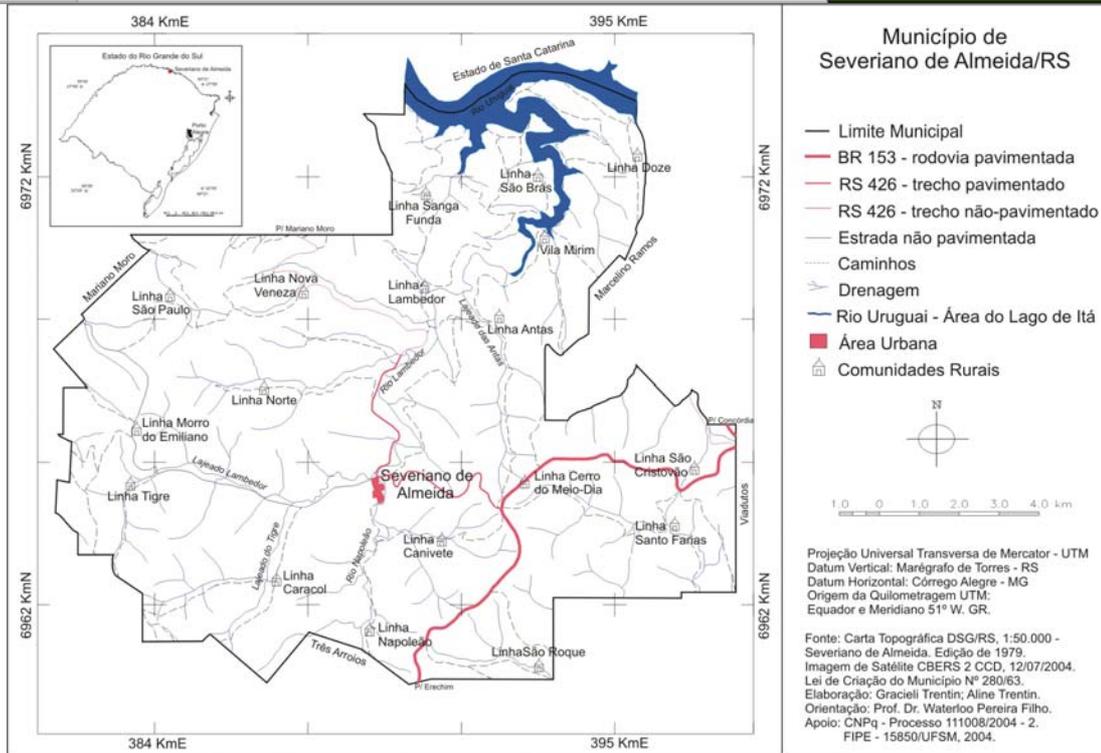


Figura 1 – Localização das comunidades rurais no município de Severiano de Almeida-RS

3. Resultados

3.1 A área de estudo

De acordo com dados do IBGE (2000), o município de Severiano de Almeida possui área de 168 km² e sua população era de 4.153 habitantes. Como a maior parte da população é residente do meio rural, o que perfaz 71,95% do total, o município caracteriza-se como sendo essencialmente agrícola com base em pequenas propriedades, as quais possuem em média 20 ha. Na Figura 2 pode ser observada a organização de uma propriedade rural no município, onde é possível perceber os limites entre as propriedades, que são estabelecidos por linhas de vegetação parecendo pequenos recortes espaciais.

O espaço rural do município é organizado em função das 18 comunidades rurais principais, uma vez que existem ainda várias ramificações e denominações de comunidades menores que muitas vezes são criadas pela própria cultura popular, algumas menos desenvolvidas ou então ligadas a atividades não diretamente relacionadas à agricultura, como é o caso daquelas localizadas nas proximidades da rodovia federal - BR 153.

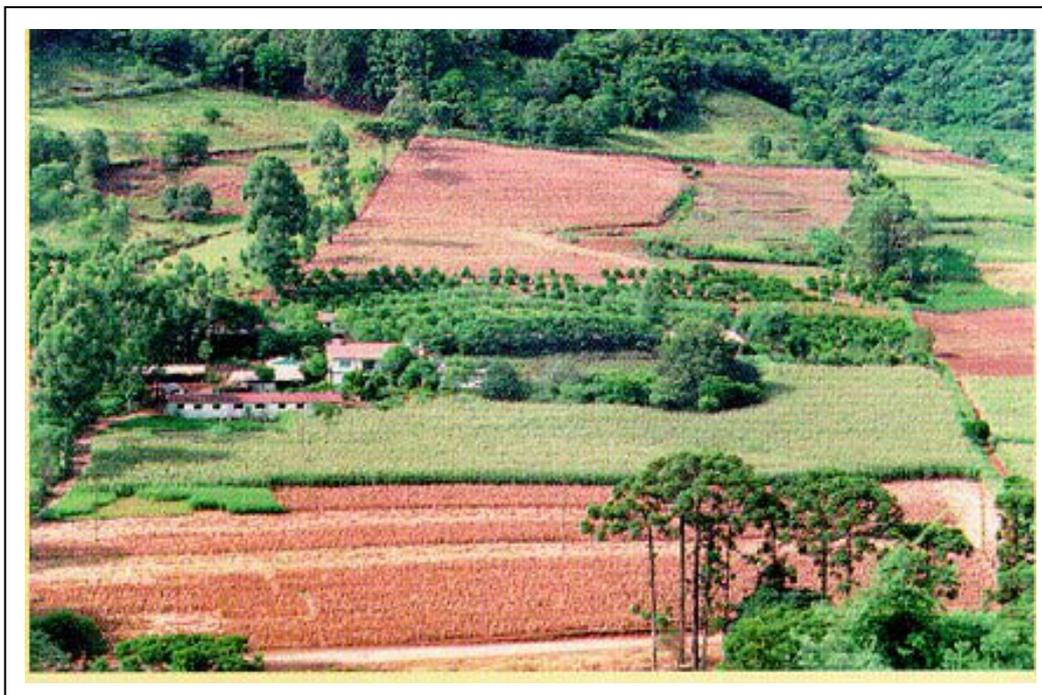


Figura 2 – Organização de uma propriedade rural no município de Severiano de Almeida/RS
 Fonte – Folheto Turístico do Município, 2004.

Conforme dados da EMATER local, o município possui 780 propriedades rurais, as quais se encontram distribuídas entre as comunidades rurais. Desse total, em aproximadamente 650, os produtores rurais são proprietários da terra e em 130 são somente arrendatários. Pode-se observar na Tabela 1 a extensão, em hectares, apresentada pelas propriedades rurais do município, onde se comprova o predomínio de pequenas propriedades.

Tabela 1 – Extensão das propriedades rurais do município de Severiano de Almeida/RS

Classes (ha)	Nº de propriedades
01 a 10	179
11 a 20	392
21 a 50	291
51 a 100	32
Mais de 100	0

Fonte: EMATER de Severiano de Almeida, 2004

Na área de estudo é predominante a policultura com variadas fisionomias, as quais incluem culturas anuais e perenes, também são evidenciadas capoeiras em diversos estágios de desenvolvimento. Ocorrem também áreas de reflorestamentos, assim como resíduos de floresta nativa, que, no entanto, limitam-se aos terrenos mais íngremes ou que representam

dificuldades para a utilização agrícola (Benincá, 1990). A vegetação predominante é de formação subtropical associada ao pinheiro brasileiro (araucária).

Com relação às atividades agrícolas, destacam-se na lavoura permanente, a produção de erva-mate, laranja, uva e tangerina, enquanto na lavoura temporária, encontram-se os cultivos de milho, feijão, trigo, soja, mandioca, fumo, arroz e cana-de-açúcar (IBGE, 2002).

Na lavoura temporária do município, o maior destaque é verificado na cultura do milho que detém a maior área plantada, já a cultura do trigo aparece como segunda maior área plantada. Em relação à pecuária, as atividades que mais se destacam são: a criação de aves, de suínos e de bovinos. Todavia, a avicultura alcança maior expressividade, contabilizando cerca de 576.000 cabeças (IBGE, 2002).

O município de Severiano de Almeida, juntamente com outros 10 municípios - três do estado do Rio Grande do Sul e sete do estado de Santa Catarina - foram atingidos pelo lago da Usina Hidrelétrica (UHE) de Itá, construída a partir do represamento de águas do Rio Uruguai. No município em estudo o reservatório de Itá alagou aproximadamente 900 ha e atingiu 70 famílias, sendo que a maior parte da população atingida deixou o município. Entre as comunidades rurais, cinco foram diretamente atingidas (EMATER, 2004). As atividades desenvolvidas pelas famílias atingidas vinculavam-se, principalmente, à agricultura, entretanto, sua produtividade era baixa se comparada à média do município.

A construção da UHE de Itá foi marcada por muitos conflitos com a população atingida pela obra, a qual desde o início da construção mostrou-se contra, temendo ser prejudicada nas indenizações. Então foram realizadas assembléias, reuniões, enfim a população organizou-se e manifestou-se de diversas maneiras, até mesmo de formas mais drásticas como o trancamento de estradas, ocupações do canteiro de obras da barragem, entre outros meios.

No ano de 2000, segundo informações obtidas junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Severiano de Almeida, os agricultores atingidos se organizaram para obter recursos, junto a Gerasul, a fim de custear suas safras e então garantirem sua subsistência. Reivindicavam a liberação de crédito rural e a elaboração de um projeto de agricultura familiar. Outras pautas referiram-se a faixa de proteção do lago, que deveria abranger 100 metros, no entanto a indenização recebida referia-se a somente 30 metros, restando os outros 70 metros.

Muitos agricultores atingidos do município de Severiano de Almeida participaram e ainda participam das ações do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), porém há dificuldade de obter informações mais precisas, pois as fontes são escassas. Encontram-se versões de reassentados que dizem terem sido prejudicados, já que não receberam o que sua propriedade realmente valia, além do descontentamento da população local, principalmente dos moradores lindeiros ao lago, que reclamam do esvaziamento de suas comunidades, do isolamento em relação aos poucos vizinhos que restam, das mudanças nas estradas, dentre outras insatisfações.

Atualmente, na área atingida são verificados loteamentos, os quais foram estabelecidos por meio da venda de terrenos para pessoas, em sua maioria, não-residentes no município, que construíram casas às margens do lago com objetivo de lazer e descanso, provindos, principalmente, da cidade de Erechim (Figura 3). Para o município, as vantagens obtidas referem-se à venda de imóveis para os turistas que ao construírem habitações movimentam o setor de construção e de alimentação. As desvantagens estariam ligadas com a diminuição da população municipal e o abandono de áreas lindeiras ao lago, excetuando-se àquelas construídas.



Figura 3 – Loteamentos às margens do rio Lamberdor, área do lago da UHE Itá, na Vila Mirim
Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

As limitações quanto ao maior desenvolvimento turístico na área decorrem da falta de recursos, ou seja, do orçamento do município insuficiente para que possa ser planejado algo em favor do turismo. O que se verifica, são pequenas iniciativas por parte da administração pública local, no desenvolvimento de projetos voltados para o reconhecimento do município a nível regional e estadual, em geral isso se deve ao fato do município ser um dos atingidos pela

barragem do Rio Uruguai. Os projetos desenvolvidos oferecem maior ênfase à história local, a gastronomia e hospitalidade do povo, já que a maioria da população é descendente de imigrantes italianos e alemães, principalmente.

3.2 O Meio Ambiente percebido pela população rural local

A análise das respostas obtidas nas entrevistas realizadas permitiu observar que há uma concordância generalizada da população com relação a alguns pontos, assim como ocorrem discordâncias, sobretudo entre as comunidades situadas ao norte do município então atingidas pela barragem e aquelas localizadas ao sul. Por exemplo, observou-se que a população residente nas comunidades ao sul, concluem como sendo vantagem o barramento de Itá para o município, já as comunidades ao norte, diretamente atingidas destacam menores vantagens.

A primeira pergunta ou primeiro ponto da entrevista que se referiu à existência de apoio e assistência para a agricultura no município, apontou que a grande maioria encontra-se descontente, ou seja, 43,33% dos entrevistados dizem haver poucos incentivos e 15,56% afirmam não existir qualquer tipo de incentivo, contrariamente a 33,33% que dizem haver (Figura 4). Em se tratando de um município com base no setor primário, pode-se considerar que há falta de incentivos para a pequena propriedade, uma vez que dos 33,33% que dizem existir tal apoio, a maioria faz referência às orientações técnicas, insumos do sistema de troca com a Prefeitura, realização de obras, financiamentos, entre outros.

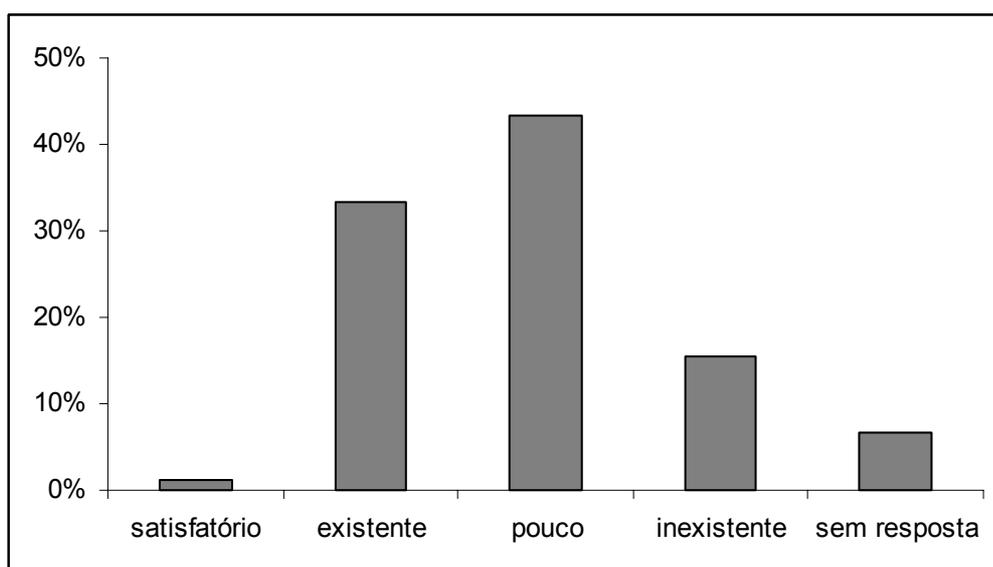


Figura 4 – Respostas apontadas ao primeiro questionamento, quanto à existência de apoio e incentivos a agricultura local. Fonte: Entrevista, 2005.



Os entrevistados que dizem não haver incentivos ou que existem poucos, afirmaram que os órgãos responsáveis pelo apoio e incentivo à agricultura não estão presentes na realidade da propriedade, pois os programas oferecidos sempre possuem custos e, além disso, não ocorrem visitas às propriedades rurais com a finalidade de orientar os agricultores. Ainda houve aqueles que não quiseram opinar sobre o assunto. A partir dessas observações é possível constatar que a não ocorrência de incentivos para a pequena propriedade de acordo com suas reais necessidades, a produção tende a ser comprometida afetando diretamente a população local.

Com relação à segunda questão da entrevista observou-se que grande parte dos entrevistados diz não haver problemas ambientais no município e arredores, ou seja, estão alheios à problemática ambiental, esse contingente representa 28,18%. A maioria dos entrevistados (36,36%) tem consciência dos problemas que representam os agrotóxicos para o ambiente, mesmo assim utilizam, pois, segundo eles, é preciso produzir e garantir a sobrevivência.

O segundo problema ambiental mais observado relacionou-se com a poluição dos rios (12,73%), contudo foram as comunidades localizadas a jusante da sede do município até o lago da barragem que mostraram maior consciência desse fato, possivelmente por conviverem mais diretamente com essa problemática. Alguns entrevistados levantaram problemas como poluição, queimadas, desgaste dos solos, lixo, desmatamento, esgotos nos cursos de água, escassez de água etc., ou seja, percebe-se que existe, mesmo que em dimensões pequenas, certa consciência quanto aos problemas ambientais.

As respostas dessa segunda questão vinculam-se diretamente com o grau de informação que a população tem acesso e também com seu nível de escolaridade. É possível observar na diversidade de respostas para tal questão que existe a falta de uma definição mais palpável do que seria um problema ambiental e sua repercussão, uma vez que muitos entrevistados atribuíram a ocorrência de problemas ambientais somente em lugares distantes de sua realidade, geralmente mencionando grandes cidades que freqüentemente constituem temas de programas ou noticiários veiculados nos meios de comunicação.

Com intuito de verificar como o reservatório da UHE Itá é visto pela população do município foram elaboradas as perguntas ou pontos 3 e 4. De um modo geral, no ponto 3, a maioria diz que o reservatório constituiu-se em vantagem para o município, pois contribuiu, segundo a população rural, para o turismo, a pesca, maior renda para o município, maior

movimento de pessoas, além do fato de terem sido alagadas as terras impróprias para a agricultura - áreas que apresentavam maiores declividades – possibilitando aos reassentados a aquisição de melhores terras, além da geração de empregos, da maior quantidade de água, do crescimento do comércio e de melhores estradas (isso nas comunidades atingidas).

No entanto, verificou-se também que 17,78% dos entrevistados afirmaram que o lago não trouxe nem vantagens nem desvantagens e 12,22% disseram não saber responder (Figura 5). Essas parcelas da população entrevistada, em sua maioria, referem-se às comunidades afastadas da área atingida, ou seja, situadas na porção sul do município, que não mantém um contato direto com a área atingida.

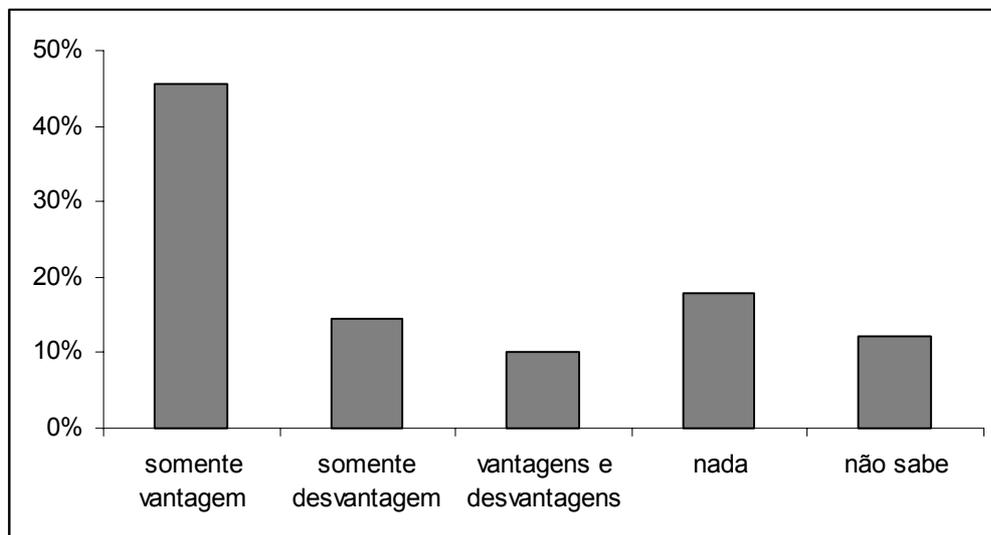


Figura 5 – Respostas apontadas pelos entrevistados quanto à existência de vantagens e/ou desvantagens para o município com a construção do reservatório da UHE Itá.
 Fonte: Entrevista, 2005.

Já uma parcela de 10% dos entrevistados destacou vantagens e desvantagens do reservatório para o município, variando entre a arrecadação, o deslocamento populacional e a questão do meio ambiente. E 14,44% afirmaram apenas desvantagens, desses, a maioria reside nas proximidades da barragem. Eles alegam que, com a construção do lago, muitas pessoas foram embora, os vizinhos ficaram mais distantes, comunidades tornaram-se menores, indicam problemas relacionados às condições do tempo, como o aumento da temperatura e maior ocorrência de cerração, insetos, entre outros eventos.

As conclusões relacionadas à parcela da população que foi atingida pela construção do lago podem ser vinculadas ao termo topofilia, abordado por Yi-fu Tuan (1980), entendendo que a afeição das pessoas por seu ambiente, lar ou bairro é dada pela ligação emocional.

A última pergunta, ou ponto 4 referiu-se às mudanças após a UHE Itá, para o qual obteve-se respostas variadas, porém, 30,47% dos entrevistados disseram não ter ocorrido nenhuma mudança, a quase totalidade desses pertenciam às comunidades não-atingidas - sul do município. Entre as distintas respostas, destaca-se a indicação de maior ocorrência de possíveis alterações nas condições do tempo (cerração, temperaturas mais elevadas), a saída da população, o maior movimento de pessoas no município, em decorrência do loteamento próximo ao reservatório e aumento no número de visitantes, entre outras respostas de menor relevância ou até infundadas.

4. Considerações Finais

De maneira geral, foi possível perceber que a população local tem consciência quanto à problemática ambiental, no entanto, a maioria acredita que ela está distante de sua residência, mas admitem os problemas ambientais em grandes cidades, em lugares que não se encontram próximos à sua área de convivência e no próprio entorno.

A presença da UHE Itá, segundo a maioria dos entrevistados não trouxe modificações para o município, mesmo que tenha sido inundada uma área onde eram desenvolvidas diversas atividades agropecuárias, havia animais, residências, enfim ocorreram alterações que passaram despercebidas para a maioria da população, sobretudo àquela residente nas comunidades mais distantes da área atingida pelo lago.

Outro elemento de destaque está na concepção da população, a qual ainda mantém a imagem de uma natureza grandiosa e intocada que pode suportar o uso desenfreado. Dessa forma, apesar de admitir a existência de problemas, estes são considerados de dimensões moderadas.

Assim, ressalta-se, uma vez mais, a necessidade quanto ao desenvolvimento de programas de conscientização ambiental destinados à população rural que utiliza diretamente os recursos naturais, principalmente nas áreas em que as formas de ocupação são intensivas, como em áreas onde predominam as pequenas propriedades, caso da área de estudo.

De fato, a problemática ambiental está presente em todos os lugares e tende a agravar-se gradativamente, assim, a única maneira de impedir sua expansão dependerá da ação coletiva da população. Desse modo, é preciso intensificar as idéias de educação ambiental, tida como principal caminho pelo INEP (1992) para a conscientização do homem, aquisição de conhecimento e desenvolvimento de atitudes e habilidades que o permitam atuar como

cidadão ativo e responsável em relação às decisões, das quais depende o futuro do planeta.

5. Referências Bibliográficas

BENINCÁ, D. *Severiano de Almeida e sua história*. Passo Fundo: P. Berthier, 1990.

CORRÊA, A. R. L. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

CRUZ, R. de C. A. da. Dimensão social da questão ambiental: contribuições da obra do Prof. Milton Santos à compreensão do espaço geográfico. *Geosp*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 9 – 12, mar., 1998.

INEP. *Desenvolvimento Sustentado e Educação Ambiental*. Brasília: INEP, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE – Censo Demográfico, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/@cidades>>. Acesso em: 20 out. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE – Censo Demográfico - Estimativa 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/@cidades>>. Acesso em: 20 out. 2004.

MELAZO, G. C. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. *Olhares & Trilhas*, Uberlândia, n. 6, p. 45-51, 2005.

OKAMOTO, J. *Percepção Ambiental e Comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação*. São Paulo: Mackenzie, 2002.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.